

Pesca artesanal, poder, cultura e engajamento ambiental

Avançe de investigación en curso.

GT nº 15 – Medio Ambiente, Sociedad e Desarrollo Sustentable.

Gustavo Rovetta Pereira

RESUMO:

O foco dessa incursão reflexiva na forma de um trabalho investigativo é entender como se desenvolvem as pescas artesanais das comunidades de Parati e Ubú existentes no litoral sul do estado brasileiro, chamado Espírito Santo e paralelamente ás compreender como processos de produção da cultura que se desdobram em um campo de relações. Portanto, a atividade se torna o centro das observações sem ser ela mesma responsável autônoma por nutrir e direcionar sua própria forma. Busca-se nesse trabalho analisar como a pesca em sua formação é co-residente de outros imperativos culturais ao compartilhar um contexto ambiental e social advindo de sua localização perante relações fronteiriças específicas.

Palavras-chave: poder, ambiente, relações fronteiriças.

1. Introdução a conjuntura de Ubú e Parati.

As comunidades vizinhas chamadas Parati e Ubú, que existem no litoral sul do estado do Espírito Santo, pertencem ao território do município de Anchieta, são o recorte onde se desenrola a atividade foco desse estudo que é a pesca artesanal advinda da comunidade de pescadores concernente a esse recorte regional. De fato, são ao todo, registrados pela Prefeitura Municipal de Anchieta, através de sua Secretária de Agricultura e Pesca, cerca de sessenta pescadores em Ubú e quarenta e oito em Parati, já a Associação de Pescadores de Parati e Ubú detém duzentos e dezessete associados.

Segundo alguns dos pescadores mais antigos da região a pesca sempre foi praticada na localidade como meio de subsistência dos moradores, diferentemente da Samarco Mineração, projeto industrial de beneficiamento de minério que se instalou na região em finais da década de setenta e que se tornou um marco que diferencia um período bom de um período ruim na percepção dos sujeitos da atividade pesqueira, quando discorrem sobre as condições de exercício da atividade.

Nesses tempos mais antigos da comunidade em relação aos dias hodiernos, a maioria dos instrumentos da pesca eram feitos a partir de material encontrado nos entornos desses locais de vivência, como linha de pesca feita da fibra de Tucum, um mato extraído das vegetações que contornavam as comunidades, que depois de coletado era artesanalmente transformado pelas mãos e/ou esposas dos pescadores em linhas de pesca, trabalho que levava uma manhã inteira para ser concluído.

As embarcações dessa pesca mais antiga ou eram “canoas de um pau só” feitas de madeira, encontradas também nas matas próximas para posteriormente serem transformadas em barco, por um carpinteiro da comunidade, ou eram “barcos a pano”, que consistiam em ser embarcações movidas pelo vento ao se postar uma espécie de vela, em sua estrutura feita de tecido pelos próprios pescadores, companheiros ou familiares. O primeiro tipo de embarcação era construída para uma pesca mais próxima da costa, abrigando menor tripulação, entre uma ou duas pessoas e a segunda era para empreitadas de pesca mais distantes da praia e levava em torno de quatro a seis companheiros de pescaria. O fruto dessas empreitadas de pesca era em sua maioria trocado com os lavradores das

regiões próximas por frutos de suas culturas agrícolas materializados na banana, na farinha, no melado entre outros gêneros. O dinheiro circulava pouco na região, assim como pessoas de fora da comunidade, diferentemente da convivência dos moradores com os turistas nos dias mais próximos aos tempos atuais, devido a anteriormente se ter maior dificuldade de acesso a esses locais, que é determinada pela ausência da rodovia, que hoje acaba por estreitar esse caminho.

Com a implantação do empreendimento industrial advindo da iniciativa da Samarco, a organização do município de Anchieta e do município mais próximo da empresa e das comunidades de Parati e Ubú, chamado Guarapari também sofre inferências que ecoaram com essa nova reorganização contextual, como aumento da densidade populacional.

Aqueles que antes eram locais de maior isolamento, passaram a ter um acesso construído através da rodovia, facilitando a partir desse momento o trânsito de pessoas, concomitantemente o aumento do turismo, porém, atividade que nunca teve um momento de explosão, segundo moradores mais antigos, seu crescimento sempre foi de pouco em pouco, como diz um pescador aposentado e dono de um quiosque em Ubú, propõe que o turismo pode ser pensado como um turismo de “contagotas”.

A atividade industrial demonstra-se como maior possibilitadora de um crescente adensamento demográfico nas localidades para mais que o turismo (IJSN, 2011), devido ao fato de a construção de projetos de grande estrutura ou nas palavras de Gustavo Lins Ribeiro PGEs (RIBEIRO, 2008; 2008.) mobilizarem grande contingente de força de trabalho e muitas vezes pessoas vindas de outros lugares, como foi o caso de Ubú e Parati, assim, o local de instalação da grande mineradora, que antes era uma fazenda passou a ser um dos núcleos de operação, com a instalação da Samarco, de um grande vetor de mudanças.

As habitações de Parati e Ubú são um misto de casas de moradores mais antigos ligados as atividades da pesca e ao comércio, de grandes e médias casas de veranistas, assim como uma ascendente oferta de casas para alugar voltadas a abrigar os trabalhadores atrelados tanto a Samarco (empreiteiras que para ela prestam serviço) quanto a Petrobrás, além do aluguel para temporada que existe na região. A segunda empresa citada logo acima opera na localidade desde o ano de 2009, empreendendo pesquisas sísmicas, transitando com navios e também com a fixação plataformas de extração de petróleo, Anchieta é o município mais próximo ao empreendimento de extração de petróleo da Bacia de Campos (BC-10, 2006), operado pela petroleira, a distância entre o município e o empreendimento é de aproximadamente cem quilômetros.

As linhas acima tiveram por objetivo a caracterização do fundo concernente a essa análise, processo de exploração de um contexto que não ficará restrito a esse espaço, agora nas páginas abaixo demonstrarei um pouco do processo interpretativo direcionado a pesca artesanal de Ubú e Parati.

2. “Culturas do solo”? Mais precisamente, flutuando no mar.

Os pescadores de Ubú e Parati, são sujeitos criativos e transformadores da realidade, mas ao mesmo tempo são também pertencentes a um contexto de relações que limita a forma de sua atividade, cerceando assim processos criativos, que denotam a forma como estes vão se constituir ao mesmo tempo como pescadores e também sujeitos de um processo de produção da cultura.

O que eu entendo por produção da cultura pode ser tratado na forma de uma série de iniciativas conceituais (sem necessariamente carregarem o mesmo nome) voltadas a análise dos modos de vida humanos, mas que primeiramente se remetem a perspectiva que descaracteriza a cultura como entidade estanque e acabada, como fonte autônoma de uma substância tradicional passada de um indivíduo para o outro, do antigo para o novo, do professor para o aluno, de um agregado de indivíduos convertido em entidade para os seus átomos por meio da socialização. (WOLF, 2003; 2005, FOLLADORI, 1992; 2004, INGOLD, 1992; 2000)

Para a interpretação dos modos de vida humanos, também aceito a sugestão de Friedrich Barth e passo a olhar as diferentes construções culturais como processos atrelados as relações fronteiriças, mais precisamente a substância dessas idiossincráticas interações entre ambiente não humano e a humanização do ambiente, se dão mediadas por distintas relações entre humanos. Portanto o que são esses construtos culturais? Em parte significativa eles são resultado da forma pela qual esses distintos grupos étnicos (que se auto afirmam como) interagem mutuamente. (BARTH, 2005, VILLAR, 2004)

As relações entre os diferentes grupos humanos segundo Eric Wolf são um traço característico a aquilo que se pode chamar de história do tipo humano, segundo o autor pouquíssimos grupos humanos e culturas se constituíram em um grau de autonomia e independência dos “outros” e quando nos voltamos a observar os grupos estudados pelos antropólogos esse número pode chegar a quase nenhum. (WOLF, 2005) Mas é claro que caracterizar a forma das culturas como dependente das relações protagonizadas por seus sujeitos para com sujeitos de outras construções culturais não encerra a investigação e sim abre um escopo para com a observação de processos característicos a essas relações fronteiriças.

No entanto, a produção das culturas se dá no movimento, e seu estado não é sólido, com a recontextualização das condições ou meios pelos quais os indivíduos se relacionam e pelas quais eles também transformam o mundo ao mesmo tempo em que são transformados, a cultura é inconcebível como entidade estanque. (FOLADORI, 1992; WOLF, 2003; BARTH, 2005.)

Contribuição que pode convergir com essa perspectiva, é advinda das imputações de Roy Wagner acerca da cultura, que para ele só existe como inconsistência, sendo ela produto da interpretação idiossincrática de cada indivíduo, mesmo perante um campo simbólico comum. A cultura segundo o autor é inventada não somente nas monografias dos antropólogos, ela é inventada cotidianamente, em um movimento dialético entre “obviação” de aspectos comuns das interpretações provenientes das vivências de sujeitos distintos e a “convenção” onde esses aspectos obviados são então compartilhados, constituindo-se em aspectos cosmológicos mais ou menos comuns a indivíduos que convivem em grupo, diferentemente da cultura entendida como vestimenta tradicional a ser vestida por indivíduos de um mesmo grupo cultural. (WAGNER, 2010)

Dentro dessa série de contribuições até aqui expostas podemos pensar que o viés criativo da cultura não se dá livremente, sob uma suposta autonomia da cognoscitividade humana, essa última por si só já é contextual a um a interação com o ambiente. De fato as relações do processo criativo humano com o ambiente, antecedem também o processo perceptivo humano, portanto a forma pela qual nós, como um organismo temos acesso ao mundo no processo de senti-lo, quando o tornarmos inteligível, é uma relação altamente enviesada pelo ambiente, não como determinante último que coage, mas sim na forma pela qual os indivíduos são gerados de maneira idiossincrática em sua interação reflexiva com o meio ambiente, característica a cada existência humana. Portanto na interpretação do autor a nossa capacidade cognoscível, é pertinente a uma unidade característica em um organismo, que precede e predispõe a produção de significado. (BATESON, 1972)

Além disso o ambiente também é o mote que demonstra na interpretação que nessas linhas está sendo construída, as possibilidades diversas de substancialização de um caráter étnico (VILLAR, 2004) ou cultural relativamente a um grupo de sujeitos humanos, mais precisamente as relações entre co-residentes em um mesmo ambiente ou recorte territorial onde esses indivíduos ou grupos se auferem mutuamente em suas capacidades de materialização de atitudes, costumes e modos de vida e também de se limitarem intencionalmente ou não em suas apropriações para com o ambiente. Nesse sentido um aspecto que se destaca é o “poder” como categoria analítica que demonstra as capacidades de intervenção de sujeitos humanos para com um contexto e concomitantemente para com os outros sujeitos envolvidos neste fundo. (WOLF, 2003)

O fundo ambiental pelo qual a cultura se desdobra, incorpora as interações entre indivíduos e grupos que ali se desenvolveram e se desenvolvem, conforme o tempo avança. Assim concebidos os

processos culturais atuais sem entendê-los como apenas continuidades determinadas pelos processos passados, porém, como processo histórico no sentido de ser uma reorganização de um contexto de relações, que anteriormente foi também organizado contextualmente, portanto, não existem as mesmas condições da cultura se desdobrar nos ambientes passados em comparação as condições atuais. (WOLF, 2005)

O que até agora busquei expor através dessas reflexões por sobre um aporte teórico, é uma noção de cultura mais voltada ao que Serge Latouche denomina de “culturas do solo”(1994), onde a cultura é caracterizada como a forma pela qual os seres se vinculam as condições locais e ambientais de existência, como se reproduzem biologicamente e socialmente, sem me voltar nessa análise a procura da constituição de um campo simbólico advindo dos sujeitos das comunidades pesqueiras de Parati e Ubú, como objetivo principal.

Reconheço as condições de encolhimento do mundo, como condições em que há construção interconectada entre homogeneidade(dos meios de reprodução da vida) e heterogeneidade(das formas de significar o mundo), portanto não é possível uma aniquilação total da cultura(RIBEIRO, 2000), porém compreendo que a pesca artesanal ainda é materialmente praticada tendo em vista um tempo cíclico(PRITCHARD, 2005; BOURDIEU, 1979; FRAXE; 2011; DIAS NETO, 2010) e a incapacidade humana de previsão dos desdobramentos relativos a agência do ambiente ao invés disso, os pescadores artesanais demonstram conhecer, a capacidade de interagencividade(interagencivity) entre humanos e ambiente, sem serem pretensiosos em tentar apreender as consequências dessa relação,(INGOLD, 2000) a partir da tentativa de supra artificialização da mesma, utilizando-se de tecnologia, como são o cotidiano dos trabalhos urbanos formais, que não são interrompidos(exceto em raras catástrofes ambientais), por exemplo, com a chuva, com a direção do vento, ou outros movimentos do ambiente que condicionam as possibilidades de ação dos pescadores cotidianamente.

3.Alguns dos percursos das pescas artesanais de Ubú e Parati.

Quando afirmo comunidade de pescadores de Ubú e Parati, não estou querendo dizer que os indivíduos viventes nessas duas localidades, sobrevivem e se reproduzem exclusivamente a partir da atividade da pesca artesanal, na verdade o que proponho, é que dentre a organização social existente em relação ao contexto das duas localidades do município de Anchieta, existe um grupo de afinidade e que compartilha um campo de perspectiva e de interesses(WEBER, 2002) ligados intrinsecamente a atividade da pesca artesanal. Uma comunidade que abrange transversalmente tanto Ubú quanto Parati, substanciada por aqueles sujeitos envolvidos no processo produtivo da pesca, desde aqueles que possuem irmãos, pais, primos, tios e amigos de longa data que são pescadores, chegando ate os próprios sujeitos da pesca.

Os percursos da pesca, no contexto estudado e também em relação a outras interpretações por sobre a construção da atividade pesqueira artesanal relativamente a outros contextos monográficos, nos demonstram que a atividade em sua formação é inter-relacionada a fatores que superam largamente a relação direta entre homem e mar, inerente ao ato de pescar, mais precisamente, podemos pensar os tipos constituídos da pesca artesanal em Parati e Ubú, como dependentes de relações de diversos tipos e níveis de influência, que condicionam a forma como esses acessam o mare a partir desse momento, nessas páginas, tentarei esboçá-las.

Como todos os indivíduos viventes em um território pertinente a um estado nação, os pescadores artesanais, dessas comunidades vizinhas se encontram em um campo no que tange a organização social, amplamente influenciado pelo estado moderno, porém quando aciono esta entidade abstrata e diluída em instituições estou evocando, o que é caracterizado por Max Weber por tipo puro de dominação burocrático.(WEBER, 2000.)

Segundo Pierre Bourdieu, uma das atribuições desse vetor de poder, dentro de um campo de disposições, materializado através das instituições estatais é o de legitimar o poder de classificação, de imbuir o poder de julgamento de determinadas imputações humanas por sobre o real, mais precisamente a perspectiva técnico-científica, portanto também é atribuído a esse modelos de compreensão da realidade uma capacidade específica de estruturar a organização social.(BOURDIEU, 1997) O que Michel Foucault também chama de poder de gerar verdades, imbuir pressupostos de uma solidez e legitimidade que fundamentam ações por sobre a realidade, para mais que um poder estritamente dominador.(FOUCAULT, 1982)

Dessa forma os percursos dos sujeitos pescadores de Parati e Ubú, passam pela capacidade de influência do estado moderno, mais precisamente, além das atribuições que se referem a um cidadão não pescador, existem ordenamentos estatais que são específicos ao próprio cotidiano da atividade da pesca artesanal. Como por exemplo: RGPs(Registro Geral de Pesca, licença para embarcação(Quando proprietário), licença ambiental para um tipo específico de pesca. Os pescadores usualmente, no contexto abordado nesse estudo não vão direto as instituições ligadas as sanções que funcionam como pré-requisitos normativos anteriores ao exercício da pesca, eles vão até atores e organismos institucionais que acabam por mediar os seus interesses, de sujeitos da pesca e do saber-fazer perante os procedimentos que desde os seguidos e intervalados estabelecimentos normativos e legislativos(Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009), estão atrelados ao desdobrar da atividade pesqueira. Dessa maneira os pescadores de Ubú e Parati, em vez de irem diretamente a Secretaria Estadual de Pesca, Ministério da Pesca, IBAMA, Capitânia dos Portos se direcionam por meios intermediários entre eles e essas organizações, como por exemplo, chegam até a Colônia de Pescadores de Anchieta, Associação de Pescadores de Parati e Ubú e em alguns momentos Secretária Municipal de Agricultura e Pesca(que antes já foi uma secretaria exclusivamente voltada a pesca), para então procurarem meios de sanar as questões provenientes de sanções exteriores ao próprio exercício e processo formativo do senso prático(BOURDIEU, 2009), um saber não formalizado e não formalizável inerente a atividade da pesca artesanal. Além disso, o que também ocorre nessa situação é a recorrência pela qual o sujeito da pesca passa a interagir com advogados e despachantes, que contratados pelo pescador artesanal ou dono de embarcações, quando condicionados economicamente e também motivados para essa relação, dão prosseguimento a resolução desses impasses anteriores a atividade da pesca.

Tanto a primeira quanto a segunda mediação entre o pescador e os alicerces normativos da atividade, criam uma relação de tutela, nos primeiros casos ligados a relação entre os pescadores artesanais e a Colônia de Pescadores, a Associação de Pescadores e a Secretária Municipal de Pesca e na segunda situação, eles interagem com prestadores de serviços, como são os advogados e despachantes. Porém, mesmo com o agrupamento construído nessa análise, de instâncias públicas e privadas de mediação para com as normas da pesca, as relações dos pescadores com as organizações citadas primeiramente, são bastante heterogêneas, é o que vou demonstrar a partir desse momento.

No processo reflexivo demonstrado pelos pescadores em algumas interações comigo na forma de conversas informais tendenciadas objetivamente para com o meu tema de interesse investigativo, no caso, identificar as relações fronteiriças inerentes a constituição da atividade da pesca, denotam um entendimento deles de que a colônia de pescadores por ter verbas, apoios e funcionários pagos pela prefeitura municipal de Anchieta é pouco representativa dos interesses dos pescadores devido ao fato de que o poder executivo municipal recebe grande margem de tributos da Samarco mineração, empresa na qual os pescadores se postam contrariamente, devido as interferências da indústria por sobre o ambiente da pesca, porém quando se tratados caminhos necessários percorridos por esses indivíduos no que concerne a solução dos entraves burocráticos inerentes a pesca artesanal contemporânea brasileira, a interação tanto com a colônia de pescadores quanto com a secretaria municipal de pesca passam a ser para eles confiáveis, quando oferecidas por esses órgãos alternativas viáveis para se continuar

pescando, antes disso essas instituições são tratadas por esses pescadores com desconfiança. A própria Associação de Pescadores de Ubú e Parati foi criada, tendo em vista a relação entre Colônia de pescadores de Anchieta e Prefeitura Municipal, como próxima aos interesses da indústria na localidade, materializada na Samarco mineração e na Petrobrás, sendo que nesta relação de causalidade formulada pelos pescadores a primeira é mais lembrada do que a segunda. Portanto dentre outros motivos, essa associação foi criada com o objetivo de fomentar um mecanismo efetivamente representativo para com os interesses dos pescadores dessas comunidades. Outra relação existente entre os pescadores artesanais de Ubú e Parati e o poder público, se dá através das interações entre os sujeitos da atividade da pesca e as instituições fiscalizadoras da atividade, como são o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e a Capitania dos Portos. O IBAMA, estabelece os ciclos de defeso do pescado por região, mais precisamente este órgão público através de pesquisas embasadas por um modelo de compreensão da realidade derivada da ciência moderna e ocidental, paira na área da Biologia, visa apreender a agência da natureza(INGOLD, 1992;2000) materializada nos ciclos de reprodução dos peixes e crustáceos, para assim conceber quais épocas serão permitidos a pesca de determinados espécimes, tendo em vista a organização de um “equilíbrio” ambiental. Os ambientalistas também classificam os tipos de pesca permitidos, assim como os instrumentos apropriados para a pesca e a efetivação dessas sanções normativas se dão através da fiscalização *in loco*, mais especificamente acontece com a ação dos servidores públicos na forma de fiscais ambientais ou da polícia ambiental.

A complexidade das normas e a exterioridade dessas em vista do tipo de saber produzido pelos pescadores na atividade da pesca, faz com que o pescador se dedique avidamente ao cumprimento das mesmas, quando possível, porém em outros casos usuais, esses sujeitos passam a traçar alternativas que contornem a fiscalização.

Segundos os estudos de uma sociologia do desvio formulada por Howard S Becker a atitude desviante, se dá a partir de um comportamento ou ação que vai de encontro a uma regra imposta, sem ser esse comportamento formulado para infringir a regra em si, e sim para efetivar uma ação, que só é considerada desviante a partir da regra imposta.(BECKER, 1977; 2009) Portanto para os pescadores o objetivo maior é pescar, sendo a regra imposta pelo IBAMA, somente um entrave a ser ultrapassado, o problema para esses sujeitos emerge do fato de que a imposição de uma regra se dá a partir da capacidade de sancionar, atributo de atores empoderados, como os são os agentes públicos, denominados ambientalistas, que sancionam a atividade da pesca produzindo, como nas palavras de Howard Becker inúmeras “carreiras desviantes”, pois os primeiros possuem o poder de apreender os petrechos de pesca, de multar o pescador e até mesmo de prendê-los, e os indivíduos que são passíveis de serem dessa forma fiscalizados evitam os encontros com esses agentes a partir de diferentes estratégias.

Um outro tipo de comportamento fiscalizador que acomete a atividade da pesca artesanal em Parati e Ubú é a eventual averiguação da embarcação pelos agentes armados da capitânia dos portos, que verificam se os pescadores estão em dia com as licenças da embarcação, com os equipamentos adequados para o funcionamento do barco e também de equipamentos de segurança, alguns pescadores se dedicam avidamente para cumprir tais requisitos, tendo em vista poderem pescar livremente, como é o caso de um pescador de Ubú que já possui mais de três décadas de pesca e se orgulha de ter todos os documentos organizados e todos os procedimentos do barco em dia, julgando-se preparado para uma interação exitosa com os agentes da Capitania dos Portos. Todavia, mesmo respeitando os regulamentos esse senhor não aceita, a forma caracterizada por ele como arrogante na maneira como esses agentes abordam o pescador, que em alguns momentos tratam os pescadores como “criminosos”, é possível de ser observado que o sentido da categoria “criminosos” está mais atrelado a sujeitos que ferem certa moralidade oriunda da organização social, para mais que um indivíduo que vem a infringir a lei, portanto o pescador segue o regulamento quando possível, tendo em vista a força que cairá sobre ele quando a regra é transgredida, sem concordar com o sentido desta legislação.

Outra análise empreendida por muitos dos sujeitos da pesca artesanal em Ubú e também em Parati, por sobre o seu próprio contexto é de que houve desde os tempos mais antigos da pesca na região, mais especificamente de um momento anterior a operação da Samarco Mineração no local até os dias de hoje, uma ascendência da fiscalização direcionada a pesca artesanal que é cada vez mais incisiva, dessa maneira os pescadores passaram a associar algo que é por eles caracterizado como perseguição ao fato de se considerarem um entrave para essas indústrias que operam nas localidades, pois além da militância através da associação de Pescadores de Ubú e Parati, os pescadores ficam nas trajetórias dos grandes navios que chegam ao porto de Ubú operado pela Samarco e também pescam por entre o transito de navios em operação para a Petrobrás. Além disso, no que tange a área de exclusão do Porto os pescadores, continuamente pescam na localidade devido ao fato de afirmarem que ali sempre foi local de pesca e com algumas ações da associação representando esses interesses, a presença desses sujeitos que antes, era de longe repreendida, agora ocorre quando os navios estão parados no porto, interrompendo a pesca nesse espaço somente quando os navios começam a fazer manobras.

Com a Petrobrás os pescadores interagem quando os navios passam por cima de seus petrechos como redes e boias deixadas mirando em determinados pesqueiros, assim como quando os próprios pescadores estão nos pesqueiros e a aqueles que estão a serviço da petroleira chegam impondo a sua retirada, algo que não ocorre passivamente da parte deles, muitas vezes esses ficam no caminho do navio obrigando-o a manobrar, pois estes sujeitos da pesca se sentem detentores desse direito pois esses e antes seus pais e avós, segundo suas memórias, também pescavam ali.

Outros relatos de pescadores de Ubú e Parati, dizem sobre a pesca nas proximidades das plataformas de extração de petróleo, prática considerada ilegal no âmbito da lei, por ali se tratar de uma área de exclusão da pesca, mas segundo os pescadores essas áreas são os locais de maior probabilidade de atração de peixes pois a oferta de alimento advindo dos restos de comida da plataforma e a luminosidade da mesma são fatores convergentes com a atração dos seres marinhos passíveis de serem pescados.

A questão se trata de que os pescadores ao perceberem inúmeros fatores convergentes com uma degradação ambiental nas áreas costeiras de Ubú e Parati, com a atividade industrial intensa e a pesca também industrial exercida pelas traineiras de outros locais do Brasil, não se concebem como reais responsáveis por impactarem o ambiente, para então serem tratados como os principais alvos de uma fiscalização intensa dos órgão autoafirmados como competentes e sim conceberem que no fundamento dessas seguidas fiscalizações ou nas palavras deles “perseguições”, a uma ação conjunta e intencional dos órgãos públicos ligados as áreas ambientais, para inviabilizarem a sua atividade e abrir o caminho para o “progresso” ou para o “desenvolvimento”, entendido na percepção dos pescadores, como materializado nas atividades industriais que vem ocorrendo na localidade.

4. Considerações finais.

Em Ubú e Parati o pescador tem ordenada a própria atividade, que é o momento situacional em que a partir de Ubú e Parati, eles tem a oportunidade de desenvolver um saber-fazer(DIEGUES, 1983;1998) que é gerado constantemente a cada situação de pescaria, impossível de ser convertido em cartilha e em um saber formal. Tal saber que é como um senso prático que se constrói mediando socialmente as condições de existência(BOURDIEU, 2009), desde os tempos de criança até a vida adulta tendo o desenvolvimento da pessoa, como sistema aberto na pesca, através da socialidade inerente a um engajamento ambiental específico a uma atividade de caça e coleta composta no seu desenvolver por uma educação perceptiva (INGOLD, 2000) que também constrói o corpo do pescador através da técnica(SAUTCHUK, 2007), portanto quase que todos os aspectos envolvidos na pesca artesanal marítima estão interligados diretamente a maneira pela qual o pescador tem acesso ao mar.

As forças que ordenam a atividade da pesca artesanal, de maneira exógena a própria comunidade, podem ser entendidas como oriundas de um mesmo movimento manifestado em momentos esparsos, o que era anteriormente, a aproximadamente entre trinta a quarenta anos atrás, exógeno a o contexto dessas comunidades pesqueiras, mas que hoje se manifesta em duas situações próximas, a primeira é o desenvolvimento da “racionalização” (calculabilidade, previsão e técnica, entre outras características) inerente as relações monetárias para diversas esferas da vida (WEBER, 1996; BOURDIEU, 1979) e o segundo é a ascendência do modelo de compreensão científico da realidade, como “sistema perito” em que grande parte das pessoas “confiam” (GIDDENS, 1991) nas imputações científicas. Participando de um sistema de crença.

De fato, o determinismo, sempre permeou as formas de conhecer o mundo dos seres humanos, através de qualquer ação humana, existia a pressuposição por sobre suas consequências, mas a radicalização desse processo permitiu intervenções muito maiores e planejamentos a longo prazo para os movimentos humanos na terra (GOMES, 1996) Assim a ciência passou a desenvolver relações complexas no que tange a produção do homem por sobre o ambiente, assim como também na complexificação das relações de produção que compõem este processo através da sofisticação das técnicas e dos meios produtivos, portanto a ciência passa a desenvolver-se através do capitalismo, assim como fundamentalmente o transforma. (SANTOS, 1988) A partir dessa relação entre ciência, política e economia pode estar presente a ideia de “progresso”, essa categoria parece ter a origem atrelada ao fato de que o devir divino não é mais dono do destino humano independente dos direcionamentos dados pelos próprios seres humanos, portanto a partir dessa concepção começa-se a planejar os passos da humanidade tendo em vista um futuro desejável, medido por diferentes perspectivas ao longo da história. (NISBET, 1985)

Na história do Brasil esses passos quase sempre foram planejados por elites empoderadas, que compreendiam de maneira característica a seu campo de perspectiva a realidade do país e para esse contexto planejavam medidas solucionistas para postar a nação no caminho da modernidade, através de iniciativas que em suas concepções eram modernizantes, mas que resultavam em quase todos momentos em compensações exclusivas para aqueles que se postavam ao lado dos idealizadores desses mesmos projetos, no âmbito de uma organização social estratificada. (FAORO, 1992)

No entanto, aquele que pode ser um dos filhos mais jovens da concepção de “progresso” e também irmão mais novo da ideia de “modernização”, é passível de ser compreendido através da ideia valor “desenvolvimento”, também presente, interferindo nos contextos de Ubú e Parati, envolve projetos industriais de grande escala e que a partir de seus politicamente empoderados idealizadores promete uma evolução positiva da sociedade como um todo. Mas quais seriam os objetivos menos abstratos do “desenvolvimento”? Gustavo Lins Ribeiro, faz uma ressalva quanto a isso:

“Após várias décadas de proeminência do discurso sobre desenvolvimento, não há mais lugar para inocência. Inspirado pelo conhecido argumento de Durkheim segundo o qual religião é a sociedade adorando a si própria, entendo desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma. Isso significa que precisamos conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta.” (RIBEIRO, 2008, p. 2)

Dessa maneira, o estado que planeja o progresso através do ideal de “desenvolvimento” é o mesmo que dá ao biólogo o poder de gestão do ambiente (GUHA, 2000.), quando as ciências com letra minúscula, passíveis de serem refutadas em âmbito acadêmico por seus iguais, passam a ser a Ciência com letra maiúscula, aquele modelo de compreensão da realidade que age como se a capacidade de compreensão humana fosse ilimitada, ao ponto de o cientista se tornar um não humano. (LATOURETTE, 1994) Fatos que nos demonstram, como já dizia Bruno Latour de que a política e a produção de conhecimento científico nunca estiveram separados, portanto nos parece que a mão que “afaga” os projetos industriais de grande escala em Anchieta é a mesma que “apedreja” a prática da pesca artesanal.

Referências Bibliográficas.

BARTH, Fredrik. 2000. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 243 pp.

BATESON, Gregory. Form, Substance and Difference. Steps to an Ecology of Mind, 1972, Chandler Publishing Co.; Balantine Books, a division of Random House, New York. This was the Nineteenth Annual Korzybski Memorial Lecture, delivered January 9, 1970, under the auspices of the Institute of General Semantics. It is here reprinted from the General Semantics Bulletin, No. 37, 1970, by permission of the Institute of General Semantics. <http://www.rawpaint.com/library/bateson/formsubstanceanddifference.html>

BECKER, S, Howard. Outsiders, Estudos de Sociologia do desvio. 1ª edição. Editora Zahar. 2008.

_____. Uma Teoria da Ação Coletiva. Zahar Editores. 1977

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre la teoria de la acción. Traducido por Thomas Kauf. Editorial Anagrama, Barcelona, 1997.

_____. O senso prático. Tradução de Maria Ferreira: revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

DIAS NETO, José Colaço. Variações Sazonais e conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. Cadernos de Antropologia Social Nº31, pp.169-187, 2010

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do

mar. São Paulo: Àtica, 1983. (Ensaio;94.)

_____. Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário. Ed Hucitec, São Paulo, Brasil. 1998.

FAORO, Raymundo. A questão nacional a modernização. Estud. av.vol.6, no.14, São Paulo, Jan./Apr.1992

FOLADORI, Guillermo. Consumo e Produccion de Cultura: Dos enfoques contrapuestos en las ciencias sociales. An Antrop,29(1992),pp 221 – 239.

FOLADORI & TAKS, Guillermo e Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. Mana 10(2): 323 – 348, 2004.

FOUCAULT, Michel. Capítulo 1 “ Verdade e Poder” in Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed. 1982

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas. 2ª edição. São Paulo. Anna Blume: Brasília; CNPQ. 2011.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Diferentes, Desiguais e Desconectados: Mapas de

interculturalidade; Tradução Luis Sérgio Henriques, 2ª edição – Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2007.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991

GOMES, P. C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil. 1996

GUHA, Ramachandra. “O Biologo autoritario e a Arrogância do Anti-Humanismo” in “Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. Anna Blume. Hucitec. NUPAUB-USP. 2ª edição, 2000.

INGOLD, Tim. An Antropologist looks at Biology. Man, New Series, Vol. 25, No. 2(Jun,1990), pp 208 – 229. Published By Royal Antropological Institute of Great Britain and Ireland. <http://postcog.ucd.ie/files/ingold90.pdf>

_____. The Perception of Enviroment: Essays on livelihood, dwelling and skill. Ed Routledge. 2000.

LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo: Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária; tradução de Celso Mauro Paciornik – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994. - (Coleção horizontes da globalização)

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos : ensaio de anropologia simétrica { Bruno Latour tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

NISBET, Robert. História da idéia de Progresso. Brasília: UNB, 1985

PRITCHARD, Evans E. Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota; (tradução Ana M. Goldberg Coelho). - São Paulo : Perspectiva, 2005. - (Estudos; 53/dirigida por J. Guinsburg).

RIBEIRO, Gustavo. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. Revista Novos Estudos, no. 80, Março 2008.

_____. O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 276p

_____. Cap 1 “Fronteiras e paradoxos das fronteiras da cultura” in Cultura e Política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. - Brasília:

Editora Universidade de Brasilia, 2000.

SANTOS, Milton. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. Mana, vol.10, no.1, Rio de Janeiro,Apr. 2004

WAGNER,Roy. A invenção da cultura./Roy Wagner. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify,2010. Título original: The invention of culture.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.

_____. O que é a burocracia. www.elaleph.com. 2000

_____. Conceitos Básicos de Sociologia. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo. Centauro. 2002

WOLF, Eric R. “ Inventando a sociedade” In “Antropologia e Poder, contribuições de Eric R Wolf Organização e Seleção. Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro, tradução

Pedro Maia Soares.

_____. “Cultura : Panacéia ou Problema?” In “Antropologia e Poder, contribuições de Eric R Wolf Organização e Seleção. Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro, tradução Pedro Maia Soares.

_____. A Europa e os Povos sem História; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Documentos e Sites:

Decreto-lei nº 221, de 28 de Fevereiro de 1967. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm Acessado em 09/07/2013 às 17:44

Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art37 Acessado em 09/07/2013 às 17:44. Site do ministério da pesca.

<http://www.mpa.gov.br/> Acessado em 09/07/2013 às 17:44

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, advindo do EIA Estudo de Impacto Ambiental da atividade de produção de petróleo e gás no bloco bc-10 Baía de Campos. 2006.

Relatório de informações sobre a pesca no município de Anchieta – ES. Prefeitura Municipal de Anchieta. Secretária Municipal de Pesca e Agricultura de Anchieta.

Dados Prefeitura Municipal de Anchieta – ES. Gerência Operacional de desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.2012.

Instituto Jones dos Santos Neves. Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo: Análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba. Vitória, ES, 2011.